

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



Juntos em defesa da prerrogativa dos advogados

Adversários na disputa à Presidência da OAB-DF na última eleição da seccional, Paulo Mauricio Siqueira, o Poli, e Cleber Lopes se uniram contra os ataques de parlamentares na CPMI do INSS. Presidente da entidade, Poli saiu em defesa de Cleber alegando que a OAB-DF vai agir fortemente em repúdio contra a forma como o criminalista, que representa o Careca do INSS, foi desrespeitado na condição de advogado. Durante o depoimento de Careca do INSS, Cleber foi impedido de falar em defesa do cliente e ainda criticado por atuar no exercício da profissão. Por conta disso, reagiu fortemente. "É inadmissível que o advogado seja calado, seja restringida a sua voz. É a defesa da cidadania que está em jogo", afirmou Poli.



Aberta ao diálogo com Ibaneis

A primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) tem sinalizado que está aberta ao diálogo para a formação da chapa liderada pela vice-governadora Celina Leão (PP), tendo o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha (Republicanos) como vice. O apoio de Michelle a Celina praticamente inviabiliza candidatura de José Roberto Arruda ao Palácio do Buriti pelo PL em 2026.



Efeito

O possível acordo de Michelle com Ibaneis e Celina poderá inviabilizar também a candidatura de Bia Kicis (PL) ao Senado.

Soberania do júri

No recurso apresentado no caso do crime da 113 Sul, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) aponta que a decisão do STJ de anular toda ação penal contraria a soberania do julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, garantida pela *Constituição Federal*. Além disso, o MPDFT destaca que, ao adotar entendimento contrário no caso de Adriana Villela, desconstituindo um acórdão anterior da própria turma, o STJ teria, de forma indireta, usurpado a competência do Supremo Tribunal Federal (STF), que pode rever decisões transitadas em julgado do STJ.

CB.Poder vence Prêmio Engenho

O *CB Poder*, criado há 10 anos numa parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília, será premiado nesta terça-feira como melhor programa de TV pelo Prêmio Engenho de Comunicação. A festa, neste ano em que a jornalista Kátia Cubel comanda a 21ª premiação, será na Sala Martins Penna do Teatro Nacional, reaberta ao público em dezembro de 2024, após uma reforma. O Prêmio Engenho já é uma tradição em Brasília e prestigia veículos e jornalistas que se destacam com trabalhos na capital. O esforço e o dinamismo de Kátia Cubel movimentam a capital todos os anos com eventos memoráveis. Para quem participa do *CB Poder*, idelizado pela diretora de Redação do *Correio*, Ana Dubeux e pelo então superintendente da TV Brasília, Luis Eduardo Leão, será uma honra levar o troféu.



Correndo atrás da saúde

O secretário de Governo, José Humberto Pires de Araújo, participou do Programa de Qualidade de Vida da Pasta e contou com a participação de administradores regionais. "Foi a primeira caminhada promovida pela Segov, neste parque extraordinário. A gente trabalha muito, mas é animado, cuida da vida. Vida saudável é o que interessa mais e essa caminhada nos ajuda a lembrar que a gente precisa cuidar da mente e do corpo", disse José Humberto.

Doutor Honoris Causa

O IDP concedeu o título de Doutor Honoris Causa ao ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, considerado, segundo as palavras do ministro Gilmar Mendes, uma das vozes mais respeitadas do Brasil em matéria tributária e gestão pública. Os dois trabalharam juntos no governo FHC. Gilmar era ministro da AGU. "Testemunhei de perto seu trabalho, que unia competência técnica, compromisso social e lucidez política para garantir eficiência e justiça fiscal", apontou o ministro do STF.



MANDOU BEM

O presidente Lula arrancou elogios do presidente Donald Trump durante participação na Assembleia Geral da ONU em Nova York, em meio a um embate diplomático entre Brasil e Estados Unidos com sanções a ministros do STF e tarifaço na economia. Sinal de que há uma janela de negociação entre Brasil e Estados Unidos.

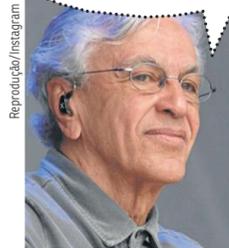


MANDOU MAL

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), eleito como um dos parlamentares mais votados do país, jogou a carreira política fora ao se mudar para os Estados Unidos e trabalhar por sanções a ministros do STF e retaliações para salvar o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Acabou denunciado por coação em processo judicial.

"Vitória das ruas! Parabéns ao relator Alessandro Vieira e à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado por rejeitar por unanimidade a PEC da Blindagem. E viva o povo brasileiro!"

Caetano Veloso, cantor e compositor



"Os senadores e governadores que impediram a criação das garantias mínimas contra o regime de exceção são serviços complacentes dos tiranos. Vocês é que estão desconectados com o povo, emprenhados por narrativa da Globo e impressionados com artista fazendo micareta na rua"

Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Deputado federal



SÓ PAPOS



À QUEIMA-ROUPA

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT), primeira transexual a liderar uma bancada partidária na Câmara de Porto Alegre, autora da lei que reserva 1% das vagas em concursos públicos na cidade para pessoas trans e travestis



"É só pensar um instante: quantos médicos ou médicas trans já te atenderam? Quantos colegas trans você teve na faculdade? Quantas pessoas trans a gente vê trabalhando nos órgãos públicos? Nossa ausência no mercado de trabalho não acontece por acaso"

Por que reservar vagas em concursos públicos para pessoas trans e travestis, como estabelece lei de sua autoria promulgada nesta semana?

Porque nós (pessoas trans) sempre fomos empurradas para fora de tudo: de casa, da escola, da família e do mercado de trabalho. Não é à toa que a maioria de nós não está no mercado de trabalho formal, não está nas universidades, não está no serviço público. Esses espaços sempre nos foram negados e, por isso, a política de cotas é tão importante, porque não se trata de um privilégio, mas de reparação. Significa abrir uma porta que historicamente sempre esteve fechada. A chance de acessar uma vaga em concurso público, para nós, é mais do que a estabilidade e o salário. É poder financiar uma casa, fazer um plano de saúde e ter o direito a planejar uma vida pra além das esquinas, do subemprego e da própria morte. É também sobre ter direito a envelhecer, sabe.

Acha que a comunidade LGBTQIA+ enfrenta mais dificuldades para ingressar no mercado de trabalho?

Sem dúvida. Eu mesma já vivi essas dificuldades. A comunidade LGBTQIA+ como um todo sofre preconceito, mas quando falamos de pessoas trans, as barreiras começam lá atrás, sabe. Muitas de nós não conseguimos concluir os estudos, e quando conseguimos, enfrentam a discriminação direta na hora de procurar emprego. É só pensar um instante: quantos médicos ou médicas trans já te atenderam? Quantos colegas trans você teve na faculdade? Quantas pessoas trans a gente vê trabalhando nos órgãos públicos? Nossa ausência no mercado de trabalho não acontece por acaso. Ela vem de uma estrutura LGTBfóbica que barra o nosso acesso. Por isso que tanta gente acaba na informalidade, na prostituição. E mesmo que essas sejam formas válidas de trabalho, não podemos aceitar que sejam, de fato, as únicas possibilidades.

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans. Inserir-las no mercado de trabalho é um caminho para reduzir esse tipo de violência? Por quê?

Com certeza. Quando a gente garante que essa pessoa trans tenha trabalho, renda e estabilidade, ela passa a viver com mais segurança também. Mesmo que ainda sofra com a transfobia na sociedade e no próprio trabalho, ela já não depende mais de situações que aumentem a vulnerabilidade. Ter emprego é também uma forma de proteção contra a violência, porque a gente sai do contexto de marginalização e passa a viver com mais qualidade. Além do fato de que a gente também passa a educar a sociedade para naturalizar a nossa presença nos espaços que até então nos eram negados.

Como você vê a importância da representatividade LGBTQIA+ no Legislativo?

Eu sei, na pele, o que significa não ser vista. Por isso, estar no Legislativo é tão importante. Representatividade não é só sentar em uma cadeira, é ter a possibilidade de trazer as nossas demandas para dentro das decisões da cidade, disputar o orçamento, e fazer com que existam políticas públicas que contemplem as nossas existências. Se hoje Porto Alegre é a primeira cidade do Brasil a ter cotas trans em concursos públicos, é porque uma vereadora trans esteve aqui, ao lado de uma equipe majoritariamente LGBTQIA+, construindo com os movimentos sociais e conversando com outros parlamentares para que a Câmara compreendesse a importância e a necessidade dessa política para a nossa cidade.

Essa comunidade é unida em torno de pautas e demandas?

É importante salientar que as pessoas LGBTQIA+ representam uma parcela

muito grande da população. Então, é difícil dizer que a comunidade toda é unida, até porque temos diferentes recortes, atravessamentos, necessidades e visões políticas. No entanto, se a gente pensar, inclusive, na própria história do movimento, ainda com as divergências, temos a luta coletiva como uma das principais ferramentas na conquista de direitos. A maioria dos dados da nossa população, por exemplo, ainda são rastreados e mapeados por entidades do movimento LGBTQIA+. Nós não partimos dos espaços de poder, e em geral, as estruturas não são pensadas para nós, então cada avanço precisa de muito esforço conjunto para furar essas barreiras. A aprovação das cotas mostrou isso. Nós tivemos ao nosso lado diversos movimentos e lideranças que se organizaram pra que isso fosse possível. Nós nos reunimos, escrevemos inclusive uma carta aberta que entregamos à prefeitura, aprovamos moções em conferências de direitos humanos e articulamos durante meses para que isso fosse possível.